

## A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA ESTRATÉGICA COMO DESAFIO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Liliane Martins Nunes <sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho reflete sobre pensar o impacto curricular em políticas de intervenção estratégica como proposta de ação desafiadora para o desenvolvimento e aprendizagem nas escolas com baixo desenvolvimento do município do Rio de Janeiro. Visto como, uma política educacional auxiliadora e interventora do processo de desempenho e sucesso escolar. Trata-se de compartilhar saberes e práticas educativas efetivas e eficazes para articular conhecimentos diante das diversas realidades presentes no contexto da prática escolar tornando. Tarefa esta, complexa, se percebermos que articular valores que garantam a formação do sujeito juntamente com eficácia e produtividade é um dos grandes desafios da atualidade. Dessa maneira o tema que move este estudo se dá no refletir sobre as práticas significativas de intervenção apresentada em primeiro lugar como uma forma de se pensar o currículo escolar, como uma construção coletiva, em uma lógica formadora e integral, para posteriormente a isto, vislumbrá-la como uma forma de ensino significativa e efetiva nas redes de ensino. Com isso nosso olhar se debruçou não somente sobre as práticas pedagógicas, currículo e avaliação, como também sobre o papel de todos os atores do universo escolar. Para tanto, a metodologia do presente estudo está ancorada tanto pela análise crítica de referências teóricas sobre o assunto, como das ações e atuações da secretaria municipal de educação SME nas escolas com suas ações estratégicas interventivas que partem do viés curricular da rede municipal. É importante destacar que as reflexões expressas neste estudo estão longe de poderem ser consideradas esgotadas, visto que este trabalho, em corpus inicial, tenha suscitado mais reflexões do que sínteses. O que talvez seja seu maior mérito, o de trazer a tona toda complexidade que permeia um dos desafios da educação de romper com os ditames de uma educação seletiva e elitista, afinal é inviável, ao menos para uma intervenção de ruptura com o passado, continuarmos alienados e mesmo assim reivindicando coisas novas.

**Palavras-chave:** Intervenção estratégica, desenvolvimento, aprendizagem.

### INTRODUÇÃO

O Projeto de intervenção estratégica para escolas com baixo rendimento surgiu como uma política educacional do Município do Rio de Janeiro pautado no currículo como norteador das reformulações de ensino.

As ações de implementação estratégicas ocorrerão através da análise curricular das habilidades tidas como críticas. As habilidades críticas são habilidades que aparecem no currículo carioca e que nas avaliações obtiveram baixo desempenho. Nesse sentido

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós graduação em Educação Profissional e Tecnológica do PROFEPT – Instituto Federal de Educação – RJ [lilianemartins@gmail.com](mailto:lilianemartins@gmail.com);



desenvolveu-se um conjunto de ações estratégicas envolvendo um trabalho continuado nas escolas do município, como meio de executar um plano de melhoria do desempenho escolar e desenvolvimento educacional dos alunos. Onde houvesse planejamento, parceria, execução e controle.

O Projeto se idealizou da necessidade de contribuir para aperfeiçoar práticas e procedimentos pedagógicos com vista à melhoria dos resultados escolares, entendidos não só na ótica dos conhecimentos, mas também das competências que os alunos desenvolvem e o desempenho que as escolas apresentam em vista a uma educação de qualidade.

Este apoio focalizado foi denominado pela SME de “*gestão colaborativa dos processos educativos*”, e envolve o acompanhamento regular das ações desenvolvidas na Unidades escolares: Coordenador pedagógico, elemento responsável da Coordenadoria de Educação (CRE) e elemento responsável da SME.

A atuação do projeto nas escolas implica analisar e buscar a eficácia do desempenho escolar, através do nível de qualidade do desenvolvimento do aluno e da extensão de ações pedagógicas, caracterizando a diferença qualitativa da prática escolar.

Sendo assim, este Projeto tem o intuito de auxiliar e agir estrategicamente sobre os entraves ocorridos no desempenho escolar que muitas vezes se tornam difíceis de identificar. Propondo assim, uma gestão colaborativa com um olhar mais aproximado das ações e reações dos sujeitos que compõem a escola e que estão direta e indiretamente envolvidos com o processo de escolarização dos alunos, da sua permanência na escola e daqueles que apresentam maior dificuldade de aprendizagem.

Nesse modelo de ação colaborativa os mecanismos discriminatórios e homogêneos são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem efetiva de todos.

As ações do Projeto têm como visionamento pôr as escolas em condições de aprimorarem suas ações preventivas de intervenções pedagógicas de maneira autônoma, fazendo com que a escola possa impulsionar as transformações internas necessárias, de forma a reduzir as taxas de absenteísmo escolar, analfabetismo e o número de alunos com conceitos insuficientes, assim como, fortalecer a atuação gestora e o processo de desenvolvimento pedagógico da Unidade Escolar.

## **METODOLOGIA**



É, pois, a partir deste entendimento, que a realização deste estudo pode ser efetuada por meio de pesquisa qualitativa a partir do método da observação participante, no qual será evidenciada a vivência da pesquisadora e a rede de ensino municipal do Rio de Janeiro. Pois segundo Chizzotti (2003, p. 221), essa abordagem leva em consideração “(...) uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. Já Queiroz (2007, p.3) reforça a técnica da observação participante como “(...) um processo pelo qual a interação da teoria com a prática concorre para a transformação ou implementação do meio pesquisado”. Juntamente com essa proposta traremos uma análise bibliográfica, visando respostas mais concretas, que perpassam pelas relações existentes entre currículo e prática educativa. Assim como, os métodos ou conjuntos de ações que são eleitos, ou tomados como suportes essenciais para balizar a formação acadêmica e humana ao longo dos tempos, os quais tornam alguns requisitos aceitos e outros negados. Essa práxis possibilita a mobilização das competências desejadas, intelectuais, emocionais, pessoais e comunicacionais, mas exige que o sujeito construa seu processo de aprendizagem ativamente, fazendo escolhas, assumindo riscos e realizando descobertas.

## **REFERENCIAIS TEÓRICOS**

### **Currículo: Rompendo barreiras no acompanhamento estratégico:**

Trazemos a conceituação de currículo segundo Ferraço (2011) para pensar o:

“(...) currículo para além dos documentos-textos escritos, incluindo nesse pensamento-entendimento os diferentes e inesgotáveis processos espaço-temporais vividos nas redes de saberes, fazeres e poderes, tecidas e compartilhada pelos sujeitos praticantes dos/nos/ com os cotidianos escolares.” (FERRAÇO, 2011, p.11)

Trata-se, portanto, de pensar o currículo como fonte de diferentes processos interativos, que criam solidez no dia a dia de sala de aula.

Na parte de apresentação do currículo carioca traz como objetivo imprimir para cada componente curricular uma linha de trabalho que abranja qualidade, relevância e efetividade.



Tentar compreender as articulações que constroem os currículos é uma tarefa extremamente necessária para se pensar esse espaço em disputa de alienação ou transformação, de manutenção ou autonomia de uma sociedade.

Nos dias atuais temos ouvido falar sobre muitos tipos de acompanhamento escolar, basicamente como diz Demo (2005) é como se estivéssemos sofrendo de uma “indigestão teórica” e pouco prática. A cada ano parece surgir um tipo de acompanhamento diferente, que, no entanto, parece se tratar do mesmo conteúdo, só que de embalagem nova. Mudar rótulos não modifica, nem intensifica a qualidade da ação.

Uma proposta de política educacional efetiva não se constitui apenas pelo termo ou até mesmo pela sua teoria, esse e qualquer tipo de política se justificam pela construção na prática inserida da realidade que se encontra e realizando o que sua teoria designa. Para mudar uma prática precisamos muito mais do que teorias e sonhos, precisamos de uma inserção consciente e autorreguladora perante a realidade concreta do dia a dia, de tal forma que essa realidade se modifique de acordo com que nossas indagações e inquietudes se intensifiquem.

Para tornar-se uma prática educativa em que haja colaboração e participação de todos à escola precisa ser um lócus formador constante e um local onde a reflexão de suas ações sejam permanentes.

A proposta de intervenção estratégica a partir de um olhar curricular e com ações práticas nas metodologias e diversidade educativa envolvendo vários setores e atores educativos. Quanto mais consciente se torna esta ação, maiores as possibilidades de construirmos uma escola participativa, colaborativa, democrática e de qualidade. Dentro da qual o sucesso escolar é reflexo de sua qualidade, de sua participação, pluralismo, autonomia e transparência nas ações e visionamento de si mesma.

Percebe-se, dessa forma que, o conceito de educação colaborativa pressupõe respostas educativas das escolas no que tange o fazer crítico de todos que ali se encontram.

Se considerarmos o significado reflexivo e crítico dessas ações, teremos a concepção de “liberdade”, de “independência” e de capacidade de “autorregular-se”.

Sendo acerca dessas concepções que repousa o caráter decisivo de uma política de reforma de ensino, pleiteando a formação e o exercício da cidadania.

Nesse sentido, uma política de educação para o ensino é uma prática colaborativa formativa, na sua concepção e na sua essência.



Em outras palavras, falar de um acompanhamento colaborativo requer pensar em práticas promissoras de fazeres autônomos, coletivos, participativos e autorreguladores, segundo Afonso (2003, p. 95):

Ainda que a comunidade seja também uma das formas de regulação social, é esta que poderá permitir ‘instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação, e restabelecer assim a vinculação da regulação e da emancipação.

Tornando-se um processo de ação, transformação, inquietação, de pesquisa e de multidimensionalidade que estimula um questionamento (re) construtivo, com qualidade formal e política, que traz em si um traço fundamental na construção da coletividade, inclusão e formação do indivíduo.

Sendo mister superar uma visão unilateral e autocrática das proposições desenvolvidas nas escolas. Considerando até mesmo o modo como se percebe enquanto unidade educacional. Seja para realizar introduções orientadoras como tática de reordenamento do trabalho, seja como intervenção concreta do estudo do papel de cada pessoas envolvidas, para uma prática democrática voltada na e pela cidadania.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Justifica apresentar aqui os pontos focais de análise de intervenção estratégica ao observar os aspectos que interferem na aprendizagem e impactam no desempenho escolar, como proposta de intervenção colaborativa.

Foco	Alfabetização das turmas de 1º, 2º e 3º anos.
Objetivos	↓evasão ↑ o aprendizado
1º ano	Alfabetizados: Não alfabetizados:
2º ano	Alfabetizados: Não alfabetizados:
3º ano	Alfabetizados: Não alfabetizados:
Responsáveis	Equipe de Gestão Escolar, Coordenador Pedagógico, Professores de 1º, 2º e 3º anos, Professor de grade, funcionários e Professor de Acompanhamento Estratégico.
Objetivo específico	Estratégia
↓evasão	Elaborar um acompanhamento de educandos faltosos, contendo os seguintes itens: Data, Turma, Professor, Nomes dos Faltosos, Dias das Faltas e Providências Tomadas.
↓evasão	Ligar para os responsáveis dos alunos faltosos.
↓evasão	Fazer reunião com esses responsáveis e assinar em ata.
↓evasão	Acionar o conselho tutelar para atuar junto aos alunos muito faltosos

↑ aprendizado	Observar as Orientações Curriculares, Relação dos Conteúdos do Caderno Pedagógico, Descritores das Provas Bimestrais, Planos de Aulas, Avaliações e resultados na condução da aprendizagem.
↑ aprendizado	Elaborar de uma listagem, por turma, dos educandos que necessitam maior atenção no processo de ensino-aprendizagem.
↑ aprendizado	Aprimorar as práticas desenvolvidas nas atividades diárias com os educandos em sala de aula.
↑ aprendizado	Acompanhar as estratégias utilizadas para o reforço escolar e reagrupamento flexível.
↑ aprendizado	Acompanhar reuniões e atendimentos individuais aos responsáveis.
↑ aprendizado	Registrar sistematicamente os desempenhos dos educandos.
↑ aprendizado	Promover formação continuada com o corpo docente nos horários de blocagens.
↑ aprendizado	Acompanhar as ações elaboradas pelo Coordenador Pedagógico.
↑ aprendizado	Acompanhar o rendimento dos alunos para o replanejamento das ações de intervenções.
↑ aprendizado	Trabalhar a partir das habilidades críticas (visualizar mapa do COC).
↑ aprendizado	Auxiliar o Coordenador Pedagógico a ter controle das recuperações ocorridas em cada turma.
↑ aprendizado	Toda escola trabalhar com projeto de leitura, escrita e matemática.
↑ aprendizado	Inserir alfabetização nas aulas dos Professores I. Engajamento de todos os setores para que o aluno se veja continuamente direcionado a aprendizagem.
↑ aprendizado	Ambiente alfabetizador nos diversos espaços da U.E. Engajamento de todos os setores para que o aluno se veja continuamente direcionado a aprendizagem.
↑ aprendizado	Criação de projeto de leitura e escrita desenvolvido por toda a escola.
↑ aprendizado	Trilha contendo as habilidades críticas para recomposição da aprendizagem
↑ aprendizado	Avaliação do projeto pedagógico. Feedback e apontar ajustes / necessidades de melhoria.

**Fonte: Criado pelo elaborador.**

Os aspectos mencionados no quadro acima apontam para ações a serem desempenhas, reorganizadas e aferidas pelos atores educacionais da rede municipal do Rio de Janeiro. Espera-se que a maioria dessas ações seja organizada pela coordenação escolar de acordo com seu projeto político pedagógico, alinhamento com o currículo carioca e criação de projetos com propostas diversificadas que contemple a realidade e necessidade da unidade escolar como um todo.

As ações pontuadas no quadro foram tidas como as de maior preocupação e assistência pelos integrantes da SME. Contendo pontuações diretas pelos envolvidos no projeto.



Os professores precisam ter conhecimento de todo processo que interfere nas ações educativas e que tenham efeito direto com o desenvolvimento da aprendizagem.

Os elementos de CRE e da SME auxiliam as escolas em suas organizações e planejamentos, promovendo formações continuadas, materiais didáticos, avaliações e dados estatísticos que mostram a escola como um todo.

Através desse quadro podemos perceber que o absenteísmo escolar é uma realidade que afeta o aprendizado dos alunos. Pensar ações que diminuam faltas e abandonos é uma necessidade urgente para que todos possam avançar no ensino. Contudo, ale destacar que o interesse e preocupação deve estar pautado na perda do individuo e não no desempenho final e nota que a escola receberá.

As ações de intervenção pedagógica vão além de oferta de materiais, mas de suporte estrutural, pedagógico e humano. Todos esses aspectos são indispensáveis para um ensino de qualidade, mas o trabalho coletivo vai além de cobranças e supervisões, passando por trabalho coletivo e formação efetiva e integrada.

O desafio da ação estratégica está expresso nos seus processos de atuação como prática de colaboração, práticas reconstruídas através das reformas das políticas escolares internas, assim como da diversificação do trabalho pedagógico.

Compreendendo que o fazer político da educação e da escola é uma ação constante que se constitui coletiva e reflexivamente. Uma concepção de acompanhamento só é validada se informar uma prática crítica e consequente. Fazendo valer seu sentido político na forma competente de ensinar, porque não se está pretendendo ensinar a qualquer aluno, mas às pessoas concretas, aquelas que a exclusão e segregação escolar incidem maciçamente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partindo do pressuposto da Escola como um todo orgânico, dotado de cultura própria, de complexidade múltipla e possibilidades construtivas e reconstrutivas amplas. Que envolve a própria concepção de narrativas e diversidades como reconhecimento e legitimação da materialização de suas ações no currículo. E ainda, que nesse processo de busca da identidade e na luta pela validação da diversidade, nesse contexto acelerado de mudanças, os rumos sejam pouco previsíveis, alguns parâmetros estão se tornando bastante claros, como a necessidade de trabalhar o currículo de forma consciente e efetiva.



Lembrando sempre que não é o aluno que tem que chegar até a escola, mas a escola tem que chegar até o aluno. Na pluralidade de se reconhecer para uma sociedade plural e crítica. Outro parâmetro importante nessa discussão, repousou nas relações que são estabelecidas com o mundo, com o outro e com o próprio ser, a forma como nos percebemos, pensamos, sentimos, intuímos, aspiramos e realizamos. Sendo a própria concepção do nosso papel que deve ser repensado, buscando devolver à escola e seus atores as rédeas sobre o seu desenvolvimento e finalidade através de um olhar cuidadoso e crítico sobre o currículo. Neste mundo de perda da identidade da escola, resgatar as concepções do espaço escolar de cada sujeito, é ir muito além de reformar o ensino, é reformar o pensamento no sentido do “que fazer” e não uma espera vã, de esperar acontecer.

Cabe pensar a ação de intervenção estratégica nas escolas com todos os termos subscritos e designados em muitas instâncias para sua atuação. Termos esses, clarificado na prática coletiva e construtiva. Que se cria com intervenção qualitativa e práticas efetivas.

Legitimar a diversidade colaborativa no ambiente escolar como prática educativa requer nova postura nas intrincadas redes de relações instauradas no contexto educacional e nas políticas educacionais. Disponibilizando e se fazendo valer das diferentes técnicas de intervenção que se tem em mãos.

É na coletividade e na interação que o ser humano alcança um potencial maior. Por esse motivo não devemos ter medo de trabalhar uma prática coletiva. Sendo na troca que o sujeito desenvolve seu potencial individual e coletivo.

Trabalhar com a diversidade e respeitar a especificidade de atuação de cada ator educacional não significa diminuir e elidir a qualidade da atuação do outro. Significa reconstruir uma educação que tenha qualidade para e feita por todos.

O caráter do acompanhamento estratégico tem, portanto, outra lógica, diferente, é ato político. Propicia mudança, avanço, progressão, enfim, aprendizagem.

Caracterizando-se no processo, sendo contínuo, dialógico, participativo, investigativo e diagnóstico. Sendo um ato permanente de ação-reflexão-ação, até que se torne uma ação corriqueira e inerente ao ato educativo.

Refazer a lógica de ensino e das políticas educacionais é transformá-la em uma ação concreta e eficaz.



A projeção escolar como prática emancipatória deve ser considerada em uma perspectiva de heterogeneidade que segue o norte de uma avaliação processual e contínua.

Nesse aspecto a escola percebe os limites e a precariedade de considerar apenas um modelo como padrão, notando sua insuficiência diante da múltipla diversidade e pluralidade cultural existente em sala de aula.

Se quisermos, seriamente reformar o ensino público, e com ele os nossos costumes, devemos considerar todas as pessoas em suas potencialidades, sem discriminá-las por conta de suas necessidades. Todos nós necessitamos de alguma coisa, assim como também podemos oferecer e acrescentar alguma coisa. Na constituição de uma rede de relacionamentos e na construção social todos os indivíduos e suas aferições sobre a realidade são indispensáveis para formação dessa sociedade.

Não se trata de um acompanhamento como uma prática que se repete e se copia, e sim como uma prática que se aplica ao contexto e se recria.

Nesse sentido ações de intervenção estratégicas como competência formal/técnica, debruça-se no saber fazer, no como e quando as utilizar. Como diz Cope e Kalantzis apud Demo (2012, p.41) “a amplitude e complexidade dos recursos representacionais à disposição de uma pessoa são tais que toda representação é invariavelmente única e híbrida.”

Em uma estreita relação que se propõe uma plataforma de autoria crescente, não se tratando apenas de técnicas mecânicas, mas de possibilidades e potencialidades, de concretizar aprendizagens mais significativas.

Segundo esse delineamento, o acompanhamento colaborativo formal implica nos procedimentos educativos enquanto movimento, ação e reflexão. Vista de forma que sua preponderância refaz e complementa dinamicamente o processo de diversas possibilidades de ensino aprendizagem.

O que importa é saber pensar crítica e dialeticamente a dinâmica dessa relação ao invés de simplificá-las a ações mecânicas e naturais. Como se natural fosse ensinar sem pensar em qual ferramenta metodológica utilizar. É necessário a consciência crítica e a reflexão da consciência metodológica e criativa. Essa dimensão é facilmente banalizada quando não se pondera a necessidade crítica do conhecimento técnico das ações.

O saber pensar volta-se para o saber utilizar as ferramentas de ajuda disponíveis. Onde a técnica não pode ser regra fechada, mas percepção de uma das possibilidades de ação. Sendo assim, a qualidade do PEF se completa na sua competência formal e política.



Partindo desse pressuposto, a consciência formal do PEF precisa ter peso maior na escola, tanto porque é produto e meio da prática consciente, quanto porque tem mais chance de contemplar a real necessidade para quem se aplica.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Escola Pública, comunidade e avaliação** – resgatando a avaliação formativa como instrumento de emancipação. In: ESTEBAN, M. T. (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DPEA, 2003.

AZEVEDO, Janete. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e desafios**. Revista Portuguesa de Educação, ano/vol. 16, nº002. Universidade do Minho, Braga, Portugal, pp. 221-236, 2003.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 5. Ed. São Paulo: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação e qualidade**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

\_\_\_\_\_. **Saber Pensar**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ser Professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Meidação, 2006.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Currículo e Educação Básica: Por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiências e devires**. Rio de Janeiro: Rovellet, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saber necessário à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação**. 7.ed.São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudanças**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez, 2003.

GANDIN, D. **A Prática do Planejamento Participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos: cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. Ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.



\_\_\_\_\_. **A cabeça bem-feita** – Repensar a reforma / reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARO, V.H. **Qualidade do ensino**: a contribuição dos pais. SP: Xamã, 2000.

\_\_\_\_\_. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 2002.

TAVARES, José (org). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.